



Divinolândia
Prefeitura Municipal

**PROGRAMA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL
DE DIVINOLÂNDIA**



Naief Haddad Neto
Prefeito Municipal

João Batista Vivarelli
Vice-Prefeito Municipal

Gisele C. dos Santos Gonsales Felício
Responsável pelo Setor de Meio Ambiente

Neire da Silva Jacob
Gerente Municipal de Educação



SUMÁRIO

1 HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE DIVINOLÂNDIA	4
2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: REFERENCIAL HISTÓRICO	6
2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMAL.....	13
2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO-FORMAL.....	14
2.3 TRANSVERSALIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE.....	14
3 DIAGNÓSTICO	15
4 DIRETRIZES.....	15
5 METAS GERAIS.....	16
6 LINHAS DE AÇÃO	17
7 POTENCIAIS PARTICIPANTES	18
8 METAS REGULADORAS.....	18
9 AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	19
9.1 COLETA SELETIVA.....	19
9.2 ECO ÓLEO	20
9.3 COLETA DE LIXO ELETRÔNICO.....	20
9.4 NASCENTE MODELO	20
9.5 CUIDANDO DAS ÁGUAS	21
9.6 ADOTE UMA NASCENTE	21
9.7 USO E CONSERVAÇÃO DO SOLO	21
9.8 ADOÇÃO.....	21
9.9 DA SEMENTE A MESA	22
9.10 DIVINOLÂNDIA MAIS VERDE	22
9.11 ESGOTO TRATADO É SAÚDE	22
10 AVALIAÇÃO.....	22
REFERÊNCIAS	23

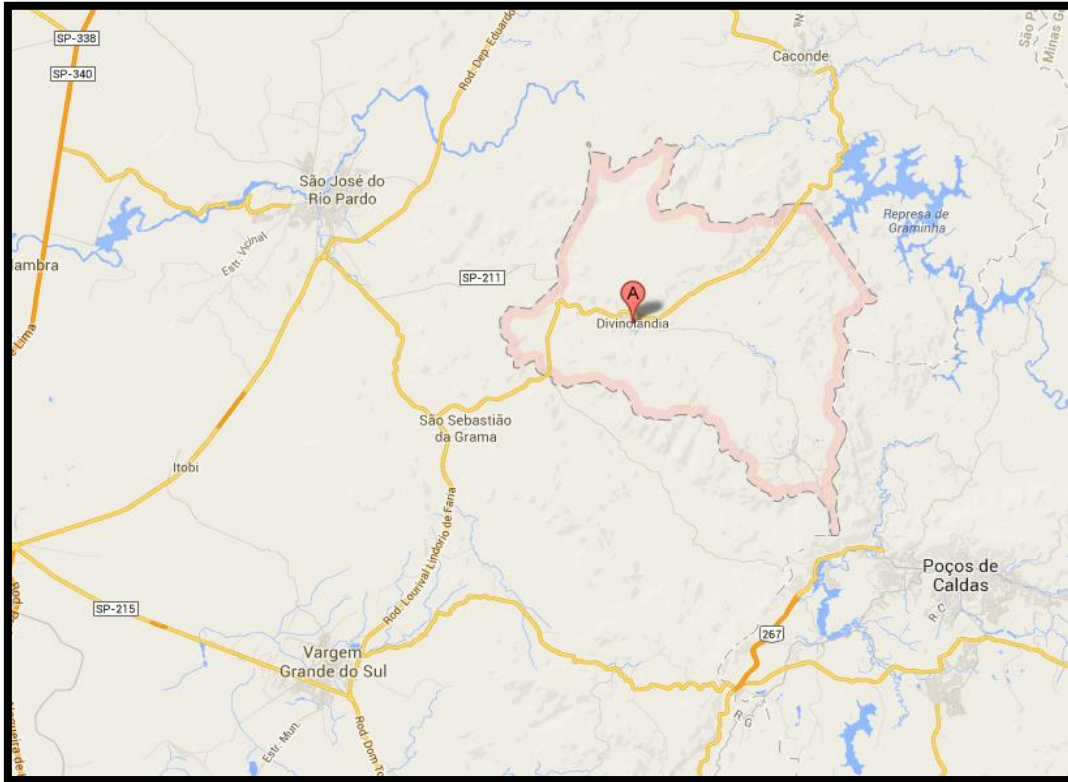
1. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE DIVINOLÂNDIA

Divinolândia situa-se no interior do Estado de São Paulo, estando localizado a uma latitude de 21°39'38,31" sul e a uma longitude de 46°44'12,00" oeste. De acordo com o último censo demográfico, realizado em 2010 pelo IBGE, o Município possui 11.208 habitantes e uma área de unidade territorial de 222,12 km².

Localiza-se em uma altitude de aproximadamente 1.058 m e possui topografia acidentada, o clima é ameno, com verões mornos e invernos frescos, com geadas ocorrendo todo ano, especialmente na zona rural e a maior parte do solo Vermelho-Amarelo distrófico.

Divinolândia está na microrregião de São João da Boa Vista, Bacia Hidrográfica do Pardo. O acesso à cidade de Divinolândia se dá pela Rodovia SP-344 que liga São Sebastião da Gramma a Caconde, distando 265 quilômetros da capital de São Paulo e 32,8 quilômetros de São José do Rio Pardo.

Seus municípios limítrofes são Caconde, Poços de Caldas, São José do Rio Pardo e São Sebastião da Gramma.



Localização do Município de Divinolândia / Fonte: Google Maps (2014)

Nas margens do rio do Peixe, afluente do rio Pardo, em região de relevo serrano, em 1850 construiu-se um rancho para pernoite de tropeiros que demandavam à vila de Casa Branca. Em virtude de incêndio no referido rancho, foi construído novo abrigo, passando o lugar a ser conhecido como Pouso do Sapecado.

Com a atração que a região passou a provocar, foi erigida uma capela em louvor ao Divino Espírito Santo, curada em 25 de janeiro de 1858, pelo Bispo de São Paulo, D. Sebastião Pinto do Rego.

O território para formação do patrimônio decorreu de duas doações: a primeira em 27 de janeiro de 1865, à paróquia do Divino Espírito Santo, pelo Major Thomaz de Andrade e sua mulher Mariana Leopoldina da Costa, e a segunda em 20 de agosto de 1881, à capela de Nossa Senhora do Rosário, por Joaquim Pio de Andrade e sua mulher Francisca Maxiamiana da Costa.

A povoação formada no patrimônio passou a freguesia (Distrito) do Divino Espírito Santo do Rio do Peixe, Distrito de Caconde, em 28 de março de 1865, transferida para o município de São José do Rio Pardo em agosto de 1898. A denominação do Distrito foi alterada em 30 de novembro de 1938, para Sapecado, e novamente alterado em 30 de dezembro de 1953, para Divinolândia, quando elevado a Município (IBGE, 2014). O gentílico do município é divinolandense.

2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: REFERENCIAL HISTÓRICO

Historicamente, percebe-se que, a partir da década de setenta, surge uma maior percepção com os danos ambientais, iniciando-se um processo de conscientização e implementação de ações que possibilitem a mitigação dos impactos ambientais.

Desta forma, o ambientalismo do século XXI tem de um lado, o desafio de uma participação cada vez mais ativa na governabilidade dos problemas socioambientais e na busca de respostas articuladas e sustentadas em arranjos institucionais inovadores, que possibilitem uma ‘ambientalização dos processos sociais’. De outro, a necessidade de ampliar sua atuação, mediante redes, consórcios institucionais, parcerias estratégicas e outras engenharias institucionais que ampliem seu reconhecimento na sociedade e estimulem o envolvimento de novos atores.

Assim, a dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve ações alternativas para um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental. Neste contexto Beck (1992), escreve sobre a concepção “sociedade de risco”.

Para o autor, a sociedade de risco emerge de uma modernidade

reflexiva, que surge com a globalização, a individualização, a revolução de gênero, o subemprego e a difusão dos riscos globais. Os riscos atuais caracterizam-se por ter conseqüências, em geral de alta gravidade, desconhecidas a longo prazo e que não podem ser avaliadas com precisão. Assim, a complexidade deste processo de transformação do planeta, não apenas crescentemente ameaçado, mas também diretamente afetado pelos riscos socioambientais e seus danos, é cada vez mais notória.

O quadro socioambiental que caracteriza as sociedades contemporâneas revela que o impacto dos humanos sobre o meio ambiente tem tido conseqüências cada vez mais complexas, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Dentre as transformações mundiais das duas últimas décadas, aquelas vinculadas à degradação ambiental e à crescente desigualdade entre regiões assumem um lugar de destaque.

Leff (2001) fala sobre a impossibilidade de resolver os crescentes e complexos problemas ambientais e reverter suas causas sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos gerados pela dinâmica de racionalidade existente, fundada no aspecto econômico do desenvolvimento.

Nesse contexto, a administração dos riscos socioambientais coloca cada vez mais a necessidade de ampliar o envolvimento público por meio de iniciativas que possibilitem um aumento do nível de consciência ambiental dos moradores, garantindo a informação e a consolidação institucional de canais abertos para a participação numa perspectiva pluralista.

No entanto as melhorias ambientais exigem tempo, motivação, persistência, educação, conscientização e mudanças de comportamento. A Agenda 21 estabelece o compromisso de intervir nas questões socioambientais na busca da construção de um mundo mais saudável ecologicamente e mais justo socialmente. Além disso, segundo a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 225, todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o

dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Frente a essa legislação e sabendo que à medida que a humanidade aumenta sua capacidade de intervir na natureza para satisfação de necessidades e desejos crescentes, surgem conflitos quanto ao uso adequado ou exploração do meio ambiente. Deste modo, o problema da sustentabilidade assume neste novo século um papel central na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e das alternativas que nele se configuram.

De acordo com Jacobi (1997) esta nova postura em relação ao meio ambiente começa a se difundir a partir da Conferência de Estocolmo em 1972, tendo como pressuposto a existência de sustentabilidade social, econômica e ecológica. Estas dimensões explicitam a necessidade de tornar compatível a melhoria nos níveis e

qualidade de vida com a preservação ambiental. Para o autor a maior virtude dessa 'nova postura' é que, além da incorporação definitiva dos aspectos ecológicos no plano teórico, ela enfatiza a necessidade de inverter a tendência auto-destrutiva dos processos de desenvolvimento no seu abuso contra a natureza.

Neste contexto, a partir de 1987, com a divulgação do Relatório Brundtlandt, também conhecido como "Nosso futuro comum", defende-se a idéia do "desenvolvimento sustentável" indicando um ponto de inflexão no debate sobre os impactos do desenvolvimento. Não só reforça as necessárias relações entre economia, tecnologia, sociedade e política, como chama a atenção para a necessidade do reforço de uma nova postura ética em relação à preservação do meio ambiente, caracterizada pelo desafio de uma responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os integrantes da sociedade dos nossos tempos.

O conceito de desenvolvimento sustentável surge para enfrentar a crise ecológica, e de acordo com Kitamura (1993) entende-se como desenvolvimento Sustentável o conjunto de ações que promovam a satisfação das necessidades das gerações presentes, sem comprometer as

possibilidades de as futuras gerações satisfazerem suas necessidades.

Assim, as dimensões apontadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável contemplam aspecto econômico, aspecto biofísico e componente sóciopolítico, como referenciais para a interpretação do mundo e para possibilitar interferências na lógica predatória prevalecente. Para Jacobi (1997) o desenvolvimento sustentável não se refere especificamente a um problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia ou um modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta tanto a viabilidade econômica como a ecológica.

Num sentido abrangente, a noção de desenvolvimento sustentável reporta-se à necessária redefinição das relações entre sociedade humana e natureza, e, portanto, a uma mudança substancial do próprio processo civilizatório. Assim, a ênfase no desenvolvimento deve fixar-se na superação dos déficits sociais, nas necessidades básicas, na alteração de comportamento e nos padrões de consumo. Isto também implica que uma política de desenvolvimento para uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e muito menos o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento.

A sustentabilidade como novo critério básico e integrador precisa estimular permanentemente as responsabilidades éticas, na medida em que a ênfase nos aspectos extra econômicos serve para reconsiderar os aspectos relacionados com a equidade, a justiça social e a própria ética dos seres vivos. Para Jacobi (1997) a noção de sustentabilidade implica, portanto, uma inter-relação necessária de justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a ruptura com o atual padrão de desenvolvimento.

Assim, a idéia de sustentabilidade implica na definição de limites às possibilidades de crescimento, além de delinear um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de

diálogo informado, o que reforça um sentimento de co-responsabilidade e de constituição de valores éticos.

Nesse contexto, segundo Reigota (1998), a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos. Para Pádua e Tabanez (1998), a educação ambiental propicia o aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básicas para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente. Já, por Meio Ambiente entende-se, segundo o Vocabulário Básico de Naturais e Meio Ambiente (2004) um conjunto dos agentes físicos, químicos, biológicos e dos fatores sociais susceptíveis de exercerem um efeito direto ou mesmo indireto, imediato ou a longo prazo, sobre todos os seres vivos, inclusive o homem. Neste mesmo sentido, Reigota (2001) conceitua meio ambiente como o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído.

Desta forma, a relação entre meio ambiente e educação para a cidadania assume um papel cada vez mais desafiador, demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais que se complexificam e riscos ambientais que se intensificam. Cidadania tem a ver com a identidade e o pertencimento a uma coletividade. A educação ambiental como formação e exercício de cidadania refere-se a uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada numa nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens.

Nessa direção, a educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação em potenciais fatores de dinamização da sociedade e de ampliação do controle social da coisa pública, inclusive pelos

setores menos mobilizados. Trata-se de criar as condições para a ruptura com a cultura política dominante e para uma nova proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação. O desafio do fortalecimento da cidadania para a população como um todo, concretiza-se pela possibilidade de cada pessoa se converter, em ator co-responsável na defesa da qualidade de vida.

As políticas ambientais e os programas educativos relacionados à conscientização da crise ambiental demandam cada vez mais novos enfoques integradores de uma realidade contraditória e geradora de desigualdades, que transcendem a mera aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis.

O desafio é o de formular uma educação ambiental que seja crítica e inovadora, em dois níveis: formal e não formal. Assim a educação ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social. O seu enfoque deve buscar uma perspectiva holística de ação, que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo em conta que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o homem.

Para Sorrentino (1998), os grandes desafios para os educadores ambientais são, de um lado, o resgate e o desenvolvimento de valores e comportamentos (confiança, respeito mútuo, responsabilidade, compromisso, solidariedade e iniciativa) e de outro, o estímulo a uma visão global e crítica das questões ambientais e a promoção de um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes. De acordo com Leff (2001) a educação ambiental perpassa por vários campos do conhecimento, o que a situa como uma abordagem multidisciplinar.

Portanto, a dimensão ambiental representa a possibilidade de lidar com conexões entre diferentes dimensões humanas, propiciando, entrelaçamentos e múltiplos trânsitos entre múltiplos saberes. Desta forma, Tristão (2002) salienta que as noções e os conceitos utilizados podem ser originários de várias áreas do saber.

Deste modo, a escola participa então dessa rede. Esta rede, segundo

Tristão (2002) se constitui como uma instituição dinâmica com capacidade de compreender e articular os processos cognitivos com os contextos da vida.

A educação insere-se na própria teia da aprendizagem e assume um papel estratégico nesse processo, e, segundo Reigota (1998), a educação ambiental na escola ou fora dela continuará a ser uma concepção radical de educação, não porque prefere ser a tendência rebelde do pensamento educacional contemporâneo, mas sim porque nossa época e nossa herança histórica e ecológica exigem alternativas radicais, justas e pacíficas.

Trata-se de um aprendizado social, baseado no diálogo e na interação em constante processo de recriação e re-interpretação de informações, conceitos e significados, que podem se originar do aprendizado em sala de aula ou da experiência pessoal do aluno. Assim, a escola pode transformar-se no espaço em que o aluno terá condições de analisar a natureza em um contexto entrelaçado de práticas sociais, parte componente de uma realidade mais complexa e multifacetada.

O mais desafiador é evitar cair na simplificação de que a educação ambiental poderá superar uma relação pouco harmoniosa. Cabe sempre enfatizar a historicidade da concepção de natureza Carvalho (2001), o que possibilita a construção de uma visão mais abrangente (geralmente complexa, como é o caso das questões ambientais) e que abra possibilidades para uma ação em busca de alternativas e soluções.

A sustentabilidade traz uma visão de desenvolvimento que busca superar o reducionismo e estimula um pensar e fazer sobre o meio ambiente diretamente vinculado ao diálogo entre saberes, à participação, aos valores éticos como valores fundamentais para fortalecer a complexa interação entre sociedade e natureza. Nesse sentido, o papel dos professores(as) é essencial para impulsionar as transformações de uma educação que assume um compromisso com a formação de valores de sustentabilidade, como parte de um processo coletivo.

A necessidade de uma crescente internalização da problemática ambiental, um saber ainda em construção, demanda empenho para

fortalecer visões integradoras que, centradas no desenvolvimento, estimulem uma reflexão sobre a diversidade e a construção de sentidos em torno das relações indivíduos-natureza, dos riscos ambientais globais e locais e das relações ambiente-desenvolvimento.

A educação ambiental, nas suas diversas possibilidades, abre espaço para repensar práticas sociais e o papel dos professores como mediadores e transmissores de um conhecimento necessário para que os alunos adquiram uma base adequada de compreensão essencial do meio ambiente global e local, da interdependência dos problemas e soluções e da importância da responsabilidade de cada um para construir uma sociedade planetária mais eqüitativa e ambientalmente sustentável.

Tomando-se como referência o fato de a maior parte da população brasileira viver em cidades, observa-se uma crescente degradação das condições de vida, refletindo uma crise ambiental. Isto nos remete a uma necessária reflexão sobre os desafios para mudar as formas de pensar e agir em torno da questão ambiental numa perspectiva contemporânea.

2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMAL

Entenda-se por Educação Ambiental Formal na educação escolar desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando: educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), educação superior, educação especial, educação profissional e educação de jovens e adultos. Dessa forma, será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO-FORMAL

Já em relação a Educação Ambiental Não-Formal são as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. Onde o poder público no geral incentivará:

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;

III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não governamentais;

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;

VII - o ecoturismo.

2.3 TRANSVERSALIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE

Adotar os conceitos de transversalidade e interdisciplinaridade na Educação Ambiental, a fim de fazê-la presente em todo e qualquer processo educativo. É importante que se busque uma visão da complexidade da realidade, reconhecendo o conjunto das inter-relações e as múltiplas

determinações dinâmicas entre os âmbitos naturais, culturais, históricos, sociais, econômicos e políticos integrando-os e não compartimentalizando os de forma estanque e isolada.

3 DIAGNÓSTICO

A educação ambiental no município de Divinolândia foi instituída pela Lei Municipal nº 1912/2009, desde então são desenvolvidas atividades de conscientização para questão ambiental no município.

São desenvolvidas atividades que celebram o calendário socioambiental na agenda escolar e social, além de projetos realizados por professores em salas de aula com o objetivo de alcançar também o público não-formal.

4 DIRETRIZES

- ✓ A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, transversal, contínua e permanente inserida no Projeto Político Pedagógico das escolas em todos os níveis e modalidades de ensino formal.
- ✓ Desenvolver planos, programas e projetos visando a proteção do meio ambiente com sua flora e fauna e a recuperação dos rios, córregos, lagos e afluentes afetos a poluição e degradação ambiental, bem como proteger aqueles que ainda não sofreram a degradação ou poluição.
- ✓ A gestão de resíduos deverá ser vivenciada no município priorizando a orientação de todos os atores envolvidos na gestão de resíduos na seguinte ordem de importância a não geração de redução, reuso, reciclagem, tratamento e destinação final.
- ✓ Emancipar o conhecimento sobre a biodiversidade local de maneira fomentar a diversificação de emprego e renda a partir de ações conservacionistas.
- ✓ Participação de técnicos e especialistas de modo a instrumentalizar os educadores para projetos de Educação Ambiental, fornecendo informações e subsídios para alunos e professores;

- ✓ A Educação Ambiental trabalha, além dos conteúdos, a participação política na comunidade com o objetivo de atingir o público formal e não-formal.

5 METAS GERAIS

O Programa Municipal de Educação Ambiental tem como metas:

- Promover processos de Educação Ambiental, de caráter formal e não formal, através dos setores públicos e da sociedade civil, para o desenvolvimento de conhecimentos, resgate de valores humanistas, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação cidadã na construção de um município justo, ecologicamente responsável, economicamente viável, culturalmente diverso e politicamente atuante;
- Fomentar processos de formação continuada em Educação Ambiental, formal e não-formal, dando condições para a atuação dos diversos segmentos da sociedade;
- Fomentar e difundir a dimensão ambiental nos projetos do município tanto na esfera governamental como não governamental;
- Reunir, organizar e articular as ações já desenvolvidas na educação formal e não-formal, para compor uma visão sistêmica da Educação Ambiental no Município, assim como estabelecer uma rede de articulação entre os diversos atores do processo, utilizando-se de todos os meios de comunicação existentes.

- Oferecer e viabilizar suporte teórico para orientação da produção sustentável e solidária e a inserção desta no mercado.
- Celebrar o calendário socioambiental na agenda escolar e social.

Temas:

- Água e Biodiversidade – mês de março
- Uso do solo – mês de abril
- Esgoto – mês de maio
- Município Sustentável e Conselho Ambiental – mês de junho
- Qualidade do ar – mês de agosto
- Arborização – mês de setembro
- Educação ambiental – mês de outubro
- Resíduos Sólidos – mês de novembro

6 LINHAS DE AÇÃO

O desenvolvimento do Programa Municipal de Educação Ambiental tem a necessidade de ser permanente e constante com a articulação dos departamentos municipais, os responsáveis por planejar, estruturar, divulgar, executar as ações de educação ambiental são os departamentos de Educação e Meio Ambiente, seja na esfera formal ou não formal. A participação das demais secretarias e munícipes é importantíssimo para implementação das linhas de ação da educação ambiental em Divinolândia.

7 POTENCIAIS PARTICIPANTES

O público-alvo atendido pelo Programa Municipal de Educação Ambiental são as escolas municipais, compreendendo sete unidades

escolares abrangendo a educação infantil, fundamental I e II e educação especial e com aproximadamente 2.000 alunos. Segue abaixo a relação das escolas:

- EMEB “Prof. Moacyr Lopes de Carvalho”
- EMEB “Euclides da Cunha”
- EMEB “José Alvares Canha”
- EMEB “José Pereira da Silva”
- EMEB “Prof. Germinal Ferrari”
- Creche Escola “Sueli Raimundo Gonçalves”
- CMAIS (Centro Municipal de Inclusão Social)

O Programa Municipal de Educação Ambiental também estenderá a escola da rede estadual e particular ao ser interessante ou solicitada por estas instituições de ensino, de tal forma que seja integrada e participativa, com o intuito de envolver o máximo possível de munícipes.

A educação ambiental não formal abrange um público amplo, desde órgãos públicos, empresas do setor privado, entidades do terceiro setor.

8 METAS REGULADORAS

As metas reguladoras envolvem o trabalho da gestão e planejamento das ações, formação de educadores e comunicação integrada, conforme segue:

- O enfoque interativo;
- Processo do Desenvolvimento Sustentável;
- A diversidade de ideias e concepções pedagógicas

transdisciplinares, que proporcionem surgimento de novos paradigmas;

- Abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- A união entre a ética, a educação, o trabalho, as práticas sociais e o meio ambiente;
- Assegura a continuidade e permanência do processo educativo;
- A constante avaliação crítica do processo educativo;

As metas reguladoras também englobam o ambiente em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos naturais e artificiais, tecnológicos e sociais (político, econômico, histórico-cultural, técnico e estético), bem como examinar as principais questões ambientais em escala pessoal, local, regional, nacional e global, sobretudo no aspecto que diz respeito ao desenvolvimento sustentável e nas situações ambientais da atualidade e futuras por meio de cooperação nas experiências de aprendizagem.

9 AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Para o desenvolvimento de ações de educação ambiental nas diretrizes apresentadas pelo Programa Município Verde Azul, propõe-se as seguintes ações:

COLETA SELETIVA

PROPOSTA: Estimular a ação ecocidadã dos munícipes frente à gestão de resíduos sólidos. A Educação ambiental com Resíduos Sólidos seguirá as diretrizes apontadas no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS, que trabalhará tanto com a agenda escolar quanto social;

META:

- Orientar e incentivar a população quanto à importância da separação do lixo, através de palestras, distribuição de panfletos, divulgação no programa de rádio e mídias sociais.
- Desenvolver projetos educativos sobre reciclagem nas escolas municipais

PERIODICIDADE: O tema abordado deverá ser enfatizado todo mês de novembro, com ações permanentes durante o ano.

ECO ÓLEO

PROPOSTA: Incentivar a separação do óleo de cozinha usado e destinar adequadamente este produto altamente poluidor sobre a água e solo.

META:

- Implantar pontos de coleta de óleo de fritura usado nas escolas;
- Estimular a coleta seletiva de óleo de fritura usado;
- Destinar o óleo de fritura usado para a reciclagem;

PERIODICIDADE: O tema abordado deverá ser enfatizado nos meses de março, maio e novembro com ações permanentes durante o ano.

COLETA DE LIXO ELETRÔNICO

PROPOSTA: Incentivar e orientar a população da importância do descarte ambientalmente correto dos resíduos eletrônicos

META:

- Realizar campanhas para recolhimento dos resíduos eletrônicos;
- Encaminhar para destinação final ambientalmente correta.

PERIODICIDADE: 02 campanhas por ano. O tema abordado deverá ser enfatizado todo mês de novembro, com ações permanentes durante o ano.

QUALIDADE DO AR

PROPOSTA: Minimizar os índices de queimadas irregulares no município, trabalhar as problemáticas das queimadas no município bem o estimular a adoção de boas práticas para as queimadas controladas de limpeza de pasto e quintais.

META: realização de uma/ano oficina de boas práticas de queimadas controlada a se realizar por meio de parceria com a operação corta fogo.

PERIODICIDADE: 1 oficina por ano. O tema abordado deverá ser enfatizado todo mês de agosto, com ações permanentes durante o ano.

NASCENTE MODELO

ESTRATÉGIA: Valorizar a importância da nascente para a manutenção dos recursos hídricos - nascente modelo: a ser desenvolvido junto a comunidade

META: Realização de 1 visita/ano monitorada na nascente modelo.

PERIODICIDADE: 1 visita no ano. O tema abordado deverá ser enfatizado todo mês de março, com ações permanentes durante o ano.



CUIDANDO DA ÁGUA

ESTRATÉGIA: Proporcionar educação ambiental sobre a situação da água de Divinolândia, captação, tratamento da água, distribuição, consumo.

META: realizar visitas na ETA (Estação de Tratamento de Água) com alunos das escolas municipais.

PERIODICIDADE: 1 visita no ano. O tema abordado deverá ser enfatizado todo mês de março, com ações permanentes durante o ano.

ADOTE UMA NASCENTE

ESTRATÉGIA: Recuperar nascentes degradadas do município

META: 04 nascentes/ ano

PERIODICIDADE: O tema abordado deverá ser enfatizado todo mês de março, com ações permanentes durante o ano.

USO E CONSERVAÇÃO DO SOLO

ESTRATÉGIA: Trabalhar preventivamente a erosão dos solos junto às áreas mais suscetíveis

META: realização de orientação quanto a conservação do solo aos proprietários rurais através de visitas de campo e palestras

PERIODICIDADE: 01 palestra no ano e visitas permanentes. O tema abordado deverá ser enfatizado todo mês de abril, com ações permanentes durante o ano.

ADOCÃO

ESTRATÉGIA: estimular a adoção de animais domésticos com o objetivo principal de encaminhar para um lar responsável os animais que são recolhidos nas ruas de Divinolândia, após serem recuperados, castrados, vermifugados e vacinados evitando que retornem às ruas. O programa visa a conscientização da população de que a solução para os animais de rua só é possível através de um esforço conjunto que engloba: nunca abandonar um animal, castrar para evitar crias indesejáveis, adotar ao invés de comprar, e valorizar o cão sem raça definida, pois, afinal, “vira-latas são miscigenados e lindos como nós.

META: Campanhas de adoção nas mídias sociais “Adocão”.

PERIODICIDADE: O tema abordado deverá ser enfatizado todo mês de março, com ações permanentes durante o ano.

DA SEMENTE A MESA

ESTRATÉGIA: fomentar a cultura da alimentação saudável através da implantação de hortas nas escolas – da semente a mesa

META: implantar hortas nas escolas municipais

PERIODICIDADE: 02 hortas no ano. O tema abordado deverá ser enfatizado todo mês de junho, com ações permanentes durante o ano.

DIVINOLÂNDIA MAIS VERDE

ESTRATÉGIA: Ampliar a arborização urbana no município, especialmente em áreas carentes de arborização.

META: realizar o plantio de árvores adequadas à arborização urbana, com o espaço árvore.

PERIODICIDADE: O tema abordado deverá ser enfatizado todo mês de setembro, com ações permanentes durante o ano.

ESGOTO TRATADO É SAÚDE

ESTRATÉGIA: Tornar pública e existência da Estação de Tratamento de Esgoto e conscientizar a população sobre a importância do esgoto tratado.

META: realizar um ciclo de palestras e distribuição de panfletos informativos

PERIODICIDADE: 01 palestra ao ano. O tema abordado deverá ser enfatizado todo mês de maio, com ações permanentes durante o ano.

FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

ESTRATÉGIA: atualização e instrumentalização dos temas abordados, proporcionando o conhecimento técnico que deverá ser absorvido pelos educadores da Rede de Ensino Municipal e também Sociedade Civil, de modo a colaborar com a multiplicação das informações.

META: realizar um ciclo de instrumentalização com as temáticas do programa.

PERIODICIDADE: 01 instrumentalização ao ano. O tema abordado deverá ser enfatizado todo mês de outubro, com ações permanentes durante o ano.

CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

ESTRATÉGIA: proporcionar articulação do conselho municipal com os temas abordados e suas respectivas importâncias, conhecimento e deliberações e representatividade na sociedade civil.

META: realizar a interação entre o poder executivo, legislativo e a sociedade civil.

PERIODICIDADE: O tema abordado deverá ser enfatizado todo mês de junho, com ações permanentes durante o ano.

10 AVALIAÇÃO

Avaliação será continuada, acompanhando os programas em todo seu processo de desenvolvimento. Abaixo alguns itens previstos para a avaliação:

- Auto-avaliação durante a execução dos projetos é um instrumento que permitirá o reconhecimento das dificuldades e as aquisições individuais;
- Avaliação final dos programas quanto a sua viabilidade de execução;
- Contribuir para a conservação e a manutenção do ambiente mais imediato em que vive;
- Participar, pessoal e coletivamente, de atividades que envolvam tomadas de posição diante de situações relacionadas ao meio ambiente;
- Perceber a relação entre a qualidade de vida e um ambiente saudável;
- Valorizar o uso adequado dos recursos disponíveis.

REFERÊNCIAS

BECK, U. Risk society. London: Sage Publications, 1992.

BRASIL. Constituição República Federativa do Brasil. [S.l.]: Saraiva; 1997.

BRASIL. Lei Federal nº 9795, de 27 de abril de 1999: dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

BRASIL. Ministério da Educação. A importância da educação ambiental no Brasil. 1998.

Educação Ambiental: Relatório de Gestão 2003/2006. Ministério do Meio Ambiente. Brasília. 2008.

FREIRE, P. Pedagogia da Anatomia: Saberes necessários à prática educativa. Editora Paz e Terra. 33ª Edição. 2006.

JACOBI, P.. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1997.

KITAMURA, P.C. Agricultura e desenvolvimento sustentável: uma agenda para discussão. Ciência e Ambiente, v.4, n.6, p.37, jan/jun. 1993.

LEFF, E. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2001.

Ministério do Meio Ambiente: Identidade da Educação Ambiental Brasileira. Brasília. 2004.

Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA). 3ª edição. Brasília. 2005.

SORRENTINO, M. De Tbilisi a Tessaloniki, a educação ambiental no Brasil. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998.

TAMAIÓ, I. A Mediação do professor na construção do conceito de natureza. Campinas, 2000. Dissert.(Mestr.) FE/Unicamp.

Programa Município Verde Azul